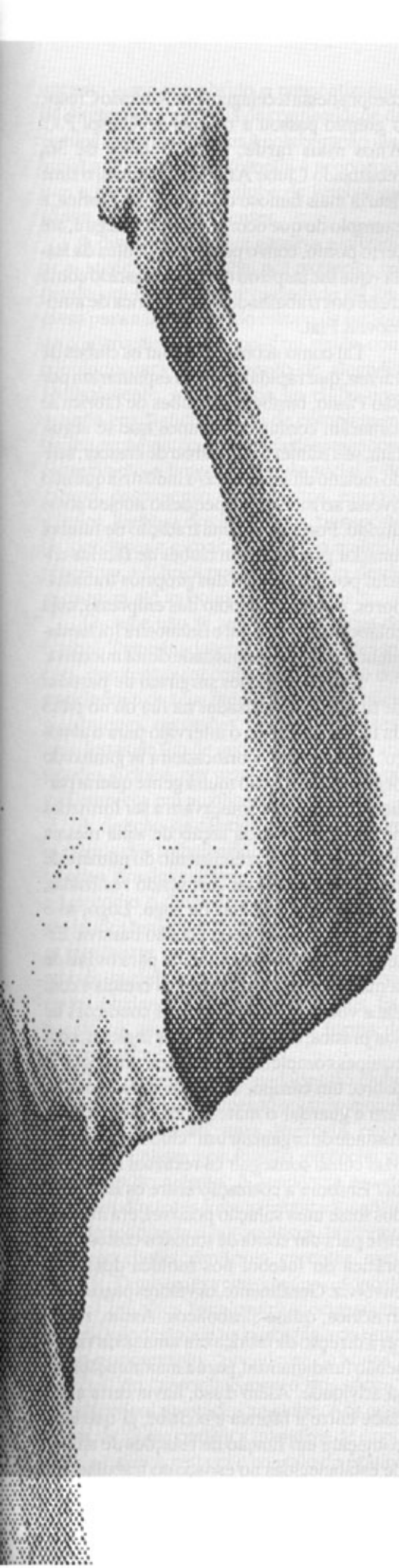


FATIMA MARTIN RODRIGUES FERREIRA ANTUNES

O futebol nas fábricas





Introduzido em São Paulo no final do século passado como esporte de elite, o futebol foi, aos poucos, se popularizando e fazendo adeptos por todas as camadas sociais. Em meio à classe trabalhadora, nas fábricas e nos terrenos descampados dos bairros operários, ele conquistou uma posição de destaque.

As margens dos rios foram transformadas em campos de futebol e passaram a funcionar como ponto de encontro e divertimento de trabalhadores e suas famílias. A expansão dos times de várzea e a incorporação de seus jogadores aos clubes tradicionais foram etapas importantes da difusão do futebol no Brasil. Ao lado da várzea, os clubes mantidos por empresas, principalmente indústrias, foram importante meio de popularização do jogo.

No ano em que se comemora o centenário da introdução do futebol no Brasil, o presente artigo visa discutir a participação do futebol de fábrica



FATIMA MARTIN RODRIGUES FERREIRA ANTUNES é doutoranda em Sociologia pela FFLCH-USP.

no processo de difusão e profissionalização do esporte.

FORMAÇÃO DOS CLUBES DE FÁBRICA

Entre os clubes de fábrica, um dos mais famosos foi aquele mantido pela Cia. Progresso Industrial, mais conhecida como Fábrica Bangu do Rio de Janeiro, uma tecelagem brasileira de capital português. O The Bangu Athletic Club foi fundado em 1904 pelos funcionários ingleses - técnicos e mestres especialmente contratados na Inglaterra -, para se divertirem nas horas de folga, com a devida aprovação dos diretores da tecelagem⁽¹⁾. A direção da empresa comprou as camisas e cedeu um terreno de sua propriedade para a instalação do campo de futebol. Sem esse tipo de ajuda, a prática esportiva teria sido inviável. Contudo, os ingleses do Bangu não conseguiram formar duas equipes completas para jogarem entre si. Além disso, a localização de Bangu, um bairro suburbano, e as dificuldades de transporte desencorajavam seus compatriotas, que trabalhavam em outras empresas, de irem até lá. A solução foi recorrer aos operários da tecelagem, que certamente estavam com muita vontade de arriscar alguns chutes. Assim os trabalhadores tiveram acesso a um jogo até então exclusivo da colônia inglesa e das camadas sociais mais favorecidas. Através do Bangu, o futebol começou a se democratizar no Rio de Janeiro.

A singularidade do Bangu no processo de popularização do futebol foi a de já ter nascido como clube de fábrica, incorporando desde o início os operários à sua equipe, sem maiores restrições, ao contrário dos clubes da elite carioca e da colônia inglesa. O caso da Fábrica Bangu se tornou conhecido, porque o clube logo se projetou para o futebol da divisão principal, disputando torneios com o Fluminense, o Botafogo e outros. Mas este não foi o primeiro clube do tipo a aparecer. Muitos outros surgiram de forma espontânea e isolada, como o Votorantim Athletic Club, fundado em 1902, também por iniciativa de engenheiros e técnicos ingleses da Fábrica de Tecidos Votorantim, na região de Sorocaba, interior de São Paulo (2). Também a Regoli e Cia. Ltda., do bairro da Mooca, em São Paulo, tinha seu clube de futebol. Em 1909, por ocasião da

compra dessa tecelagem por Rodolfo Crespi, o grêmio passou a chamar-se Crespi F.C. Anos mais tarde, já na década de 30, rebatizado Clube Atlético Juventus, o time ficaria mais famoso que a própria fábrica, a exemplo do que ocorreu com o Bangu e, até certo ponto, com o próprio Juventus da Itália - que lhe inspirou o nome -, nascido como clube dos trabalhadores da fábrica de automóveis Fiat.

Tal como acontecera com os clubes de várzea, que rapidamente se espalharam por São Paulo, também os clubes de fábrica se tornaram comuns. Nos anos que se seguiram, seu número não parou de crescer, sendo mesmo difícil apontar a indústria que não tivesse ao menos um pequeno núcleo constituído. Formou-se uma tradição de futebol amador praticado em clubes de fábrica criados por intermédio dos próprios trabalhadores, mas com o apoio das empresas, cuja colaboração material e financeira foi fundamental para a continuidade desta iniciativa.

Inúmeros clubes surgiram de partidas de futebol improvisadas na rua ou no pátio da fábrica, durante o intervalo para o almoço. Aos poucos, a brincadeira ia ganhando organização. Como muita gente queria participar, os times começavam a ser formados no interior de cada seção de uma mesma indústria. Com o crescimento do número de times, mais partidas iam sendo realizadas, aumentando o tempo de jogo. Logo, só o intervalo para o almoço já não bastava. Estendeu-se, então, a atividade para os fins de semana. O gosto pelo futebol crescia e com ele a vontade de melhorar as condições de sua prática, de jogar como os ingleses, com equipes completas, uniformes, uma bola de couro, um campo, um lugar para se reunirem e guardar o material esportivo; enfim, vontade de organizar um "clube de futebol". Mas como conseguir os recursos necessários? Embora a cotização entre os interessados fosse uma solução possível, era insuficiente para dar conta de todos os custos que a prática do futebol nos moldes desejados envolvia. Geralmente, os valores pagos eram irrisórios, quase simbólicos. Assim, recorrer à direção da fábrica era uma saída viável, senão fundamental, para a manutenção dessa atividade. Além disso, havia certa afinidade entre a fábrica e o clube, já que tudo começara em função de relações de amizade estabelecidas no espaço do trabalho. No

1 Cf. Mário Rodrigues Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 4.

2 Cf. Fatima Martin R. F. Antunes, "Diversão ou trabalho? O futebol dentro da fábrica", in *D. O. Lettura* 12 (141), São Paulo, fevereiro de 1994, pp. 8-9.

entanto, uma vez obtido o consentimento da diretoria e a garantia de continuidade da prática esportiva, graças à colaboração material que ela se comprometia a proporcionar, a organização do clube de futebol ganhava contornos diferentes.

A direção da fábrica passava a subsidiar as atividades do clube; por exemplo, cedendo um terreno de propriedade da empresa para a instalação do campo de futebol e a construção da sede social ou, então, contribuindo para o pagamento de alugueis. Mensalmente, ela oferecia ao clube uma quantia em dinheiro, a fim de complementar seu orçamento, que incluía despesas com conservação e limpeza da sede social e do campo, pagamento de impostos, energia elétrica, limpeza dos uniformes, transporte de jogadores e outras. Quanto ao material esportivo, a fábrica poderia fornecer desde as camisas até as bolas e as chuteiras.

O clube não se restringia à prática do futebol. Também desenvolvia atividades sociais, que contavam com a participação dos associados e de seus familiares, como bailes, piqueniques, excursões, apresentações teatrais, festas de fim de ano, etc. Para essas atividades, o clube, por vezes, também solicitava à empresa um auxílio extraordinário.

A direção da fábrica colaborava com o grêmio dos trabalhadores, mas exigia um retorno dos investimentos feitos. Queria saber como o dinheiro era aplicado, quais atividades haviam sido desenvolvidas, quais os montantes gastos, o que podia ser feito através da elaboração de relatórios de atividades e balancetes mensais ou anuais. Esboçava-se, assim, uma primeira forma de controle sobre o clube.

O incremento das atividades do clube requeria um aprimoramento organizacional. Formava-se, então, uma diretoria, cujos membros tinham por função gerenciar as atividades do grêmio. A tendência era de que esses diretores fossem recrutados entre os próprios quadros burocráticos da empresa, como chefes, diretores, gerentes, mestres, etc. Também era comum que o dono da fábrica ou altos funcionários ocupassem posições de destaque na burocracia do time, como, por exemplo, "presidente de honra", em sinal do "reconhecimento dos sócios" pelos serviços prestados ao clube. Aos operários, de quem partira a iniciativa de organizar o futebol, restava o consolo da prática

esportiva e de uma posição secundária na direção do grêmio.

A diretoria do clube, juntamente com outros órgãos burocráticos, como os conselhos fiscal e deliberativo, tinham poder para elaborar regimentos internos e estatutos, estabelecendo direitos e deveres dos associados. A aprovação desses documentos, contudo, cabia à direção da empresa. Ela queria saber o que se passava no interior do clube, certificando-se de que a ordem e a disciplina fossem preservadas.

Também o Estado teve sua participação na configuração desse sistema administrativo dos clubes. Durante o Estado Novo, o governo promoveu uma intervenção organizacional e burocrática nas associações esportivas. O Conselho Nacional de Desportos ditava o modelo dos estatutos que deveria ser acatado por clubes de todo o país. As ligas classistas de futebol também surgiram na mesma época, organizando torneios interempresas que se transformaram em espetáculos de propaganda governamental.

A VISÃO DOS EMPRESÁRIOS

Acompanhando o processo de organização dos clubes de fábrica e de seu progressivo relacionamento com as empresas às quais estavam vinculados, perguntamo-nos: o que moveria os industriais a não apenas aprovarem as associações esportivas criadas por seus operários, mas também contribuir para sua manutenção e exercerem certo controle sobre elas?

Anatol Rosenfeld (3) levanta a possibilidade de que o incentivo ao futebol entre os operários seria uma forma de domesticar seus corpos para o trabalho e infundir neles um sentimento de grupo, identificado com a empresa. Waldenyr Caldas (4) rejeita o argumento de que os industriais valiam-se do futebol como forma de aprimorar a disposição física dos operários ao trabalho e, conseqüentemente, aumentar a produção. Caso isso fosse plausível, todos os trabalhadores teriam acesso ao futebol, o que não ocorria. Com vistas ao sucesso do time, e por extensão da fábrica, passou-se a fazer uma seleção rigorosa entre os jogadores. Apenas os melhores integrariam a equipe. Poucos, realmente, teriam condições de disputar uma posição no time da fábrica. Quanto aos demais, aqueles que gostavam de jo-

3 Anatol Rosenfeld, "O Futebol no Brasil", in *Revista Argumento*, ano 1, nº 4, 1973, pp. 61-85.

4 Waldenyr Caldas, *O Pontapé Inicial. Memória do Futebol Brasileiro (1894-1933)*, São Paulo, Ibrasa, 1990, p. 31.

gar por simples diversão, tinham que se conformar com a condição de espectadores.

Alfred Wahl (5), por sua vez, debruçando-se sobre o processo de difusão do futebol na França, refere o claro interesse dos empresários em promover, através desse esporte, uma identificação clube-empresa, suscitando a crença de que jogadores, trabalhadores e patrões formavam uma grande família. A vitória no futebol aumentaria o orgulho do trabalhador pelo clube e pela empresa dos quais fazia parte. O sentimento de integração poderia, assim, reduzir os conflitos no local de trabalho, otimizando a produção. Mas, sobretudo, os empresários acreditavam na indiscutível capacidade promocional dos clubes de seus empregados.

Também Anatol Rosenfeld (6) menciona a função promocional que o Bangu A. C. acabou desempenhando, bem como as conseqüências que isso trouxe, não só para a prática do futebol, como para as condições de trabalho de muitos operários da tecelagem. Por intermédio do clube de fábrica, homens simples tiveram acesso a um bem cultural desconhecido, o qual, uma vez apropriado e reelaborado, abriu-lhes outras oportunidades além da mera diversão. Rosenfeld lembra que, com a transformação do futebol em atividade paralela ao emprego na fábrica, os operários que integravam o time conquistaram benefícios em sua atividade profissional regular, como dispensas para os treinamentos, trabalho mais leve, possibilidade de promoção mais rápida: "... gerações de jovens foram admitidas não só porque trabalhavam bem, mas também porque jogavam bem". Afinal, contando com bons elementos, a equipe poderia obter melhores resultados, o que aumentaria seu prestígio e fama. Para os industriais, como o clube ostentava o nome da fábrica, abria-se um novo caminho para a divulgação e venda de seus produtos. E para uma parcela das camadas menos favorecidas, o futebol praticado no clube de fábrica trouxe uma nova possibilidade: a de fazer carreira como operário-jogador.

A preocupação dos empresários com a manutenção da organização e da disciplina nos clubes, certamente, teria o objetivo de preservar uma imagem de ordem e de eficiência que conduziria ao sucesso. O prestígio da empresa, se não era totalmente dependente do desempenho da equipe de futebol,

podia, em parte, ser favorecido por ele. Afinal, o clube era uma espécie de cartão de visitas da empresa. Ele carregava seu nome e suas cores e, no limite, divulgava seus produtos. Ao que tudo indica, os industriais brasileiros perceberam cedo que o futebol praticado pelos operários poderia funcionar como um ótimo veículo publicitário.

FUTEBOL E MOVIMENTO OPERÁRIO

O processo de difusão do futebol entre a classe trabalhadora não foi estranho a anarquistas e comunistas, durante as primeiras décadas do século. Alguns sindicatos se ocuparam dessa questão com certo entusiasmo, chamando o futebol de "esporte burguês", poderoso "ópio" capaz de minar a união e a organização da classe. Mas, enquanto esses grupos promoviam acirrados debates quanto à aceitação do futebol, o esporte continuava conquistando adeptos entre os trabalhadores. O apego à doutrina política e a certa visão de mundo impedia que anarquistas e comunistas compreendessem que o futebol já fazia parte da cultura operária.

A partir do final dos anos 10, as tradicionais festas de propaganda dos anarco-sindicalistas foram substituídas por festivais, piqueniques e excursões ao ar livre e em locais públicos, onde prevalecia o aspecto lúdico. Entre essas atividades, os "*matches de football*" ocupavam lugar de destaque. Os anarquistas criticavam o baile e o futebol por serem elementos culturais próprios da burguesia, mas toleravam estas atividades em seus festivais, na medida em que se subordinassem à eficácia da pregação libertária (7).

Essa posição anarquista modificou-se entre o final dos anos 20 e início dos 30. Nesse período, a imprensa operária denunciou a presença da classe dominante nos bairros populares e a tentativa de estabelecer um domínio sobre a classe trabalhadora, entre outros meios, também através dos clubes de futebol. Os anarquistas, que vinham tolerando o futebol no meio operário, colocaram-se ao lado dos comunistas e posicionaram-se contra a prática desse esporte, argumentando que ele enfraquecia e desvirtuava a luta. A prática do futebol, principalmente nos clubes de fábrica, levava os trabalhadores a defender o nome da empresa, separando-os e colocando-os em confronto.

5 Alfred Wahl, "Le Footballeur Français: de l'Amateurisme au Salariat (1890-1926)", in *Le Mouvement Social*, n° 135, avril-juin, 1986, pp. 7-30.

6 Anatol Rosenfeld, op. cit., p. 67 e seq.

7 Cf. Francisco Foot Hardman, *Nem Pátria, nem Patrão. Vida Operária e Cultura Anarquista no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 42.



NA PONTA DIREITA, VALDEMAR DE BRITO, TREINADOR DA EQUIPE JUVENIL DO BAURU ATHLETIC CLUB E EX-JOGADOR.

Enquanto os anarquistas mantiveram-se contrários ao futebol, alguns sindicatos e grupos de tendência comunista resolveram mudar sua forma de atuação, tentando organizar o lazer operário de modo a contraporlo à "cultura burguesa". Passaram a defender o funcionamento dos sindicatos como centros de atividades educacionais e recreativas, capazes de conduzir a uma "consciência proletária". Propunham uma espécie de autogestão do futebol pelos trabalhadores, uma campanha de "proletarização do esporte" (8), numa tentativa de aproximar os jovens das atividades sindicais. Pretendiam dar ao futebol um tratamento diferente daquele que a burguesia lhe dispensava. Ao invés de utilizá-lo para controlar e dividir os jovens, os comunistas queriam fazer do es-

porte um elemento aglutinador da classe operária, um campo de luta a mais pela libertação de todas as formas de miséria e opressão. Os comunistas, que durante muito tempo foram radicalmente contrários à adoção do futebol pelos trabalhadores, cultivaram expectativas um pouco exageradas quanto ao esporte, chegando a propor a criação de uma federação que reunisse clubes de futebol organizados pelos sindicatos.

Quando criticados pelos anarquistas a propósito da segregação dos operários que o futebol promoveria, os comunistas argumentavam que, caso não tivessem acesso à prática esportiva dentro dos sindicatos, eles o teriam fora deles. Os comunistas haviam reconhecido que o futebol conquistara adeptos em todas as camadas sociais. Assim, se-

8 Cf. Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 121.

ria melhor estimular o controle dos operários sobre seus clubes e acabar com práticas que os exploravam ainda mais, como o desconto mensal de pequenas quantias da folha de pagamento, para a manutenção do clube da fábrica, ou a convocação, para serviços extraordinários, dos trabalhadores reunidos no clube durante os períodos de lazer.

Anarquistas e comunistas, embora relutantes em aceitar a prática do futebol no meio operário, assistiram à derrota de suas resistências, acabando por reconhecer que a popularização do jogo e sua adoção pela classe trabalhadora eram irreversíveis. No entanto, para essas tendências do movimento operário, seria necessário subverter os objetivos e as características que a burguesia imprimia ao futebol. Tendo ou não alcançado esse intento, o certo é que tanto anarquistas quanto comunistas tiveram participação importante na difusão do futebol entre a classe operária, notadamente entre os trabalhadores de alguma forma vinculados a sindicatos e associações de classe.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NOS CLUBES DE FÁBRICA

Ao se popularizar, o futebol ampliou as possibilidades profissionais de muitos operários, que imprimiram ao jogo o estatuto e a dignidade de trabalho. Nas fábricas, o apoio dos patrões aos clubes de futebol logo favoreceu a consolidação de um profissionalismo com características próprias, que atingiria o auge nas décadas de 40 e 50. No início, o incentivo aos clubes restringia-se ao auxílio financeiro para a compra de equipamento esportivo, pagamento de aluguel do campo de futebol e outras despesas. Mas, depois, a concorrência entre os clubes envolvidos na disputa de campeonatos levou a direção de muitas fábricas a montar equipes mais competitivas, melhor preparadas e com jogadores de boas qualidades técnicas. Passou-se a valorizar o “capital esportivo” dos operários no mercado de trabalho, preferindo-se contratar um bom futebolista a um bom operário.

Oferecia-se remuneração especial aos operários-jogadores sob forma de pequenos presentes e serviços, gratificações e, inclusive, um segundo salário. Muitos trabalhadores viam-se estimulados pela possibi-

lidade de complementar os ganhos provenientes do trabalho na fábrica com os “bichos” pagos aos jogadores. Com esse propósito, engajavam-se nas acirradas disputas internas por uma posição no time, o que foi motivo de vários conflitos entre os trabalhadores.

A especialização da prática esportiva nas fábricas excluiu das equipes a maior parte dos trabalhadores, aqueles que queriam jogar apenas por diversão. Foram substituídos pelos operários-jogadores, que encaravam o futebol com mais seriedade. Estes últimos dedicavam algumas horas, após o expediente, para os treinamentos e os fins de semana para os jogos, preservando o emprego na fábrica como ocupação principal. Mas, dentre eles, muitos não se contentavam com essa situação. Queriam ir mais longe. Eram o que Simoni Guedes (9) chama de “carreiristas”, operários-jogadores que julgavam a posição no time da fábrica como etapa inicial de uma verdadeira carreira como jogadores profissionais. Eles não jogavam por diletantismo. Tinham interesses bem definidos em relação ao futebol.

Ainda enquanto operários-jogadores, faziam testes para ingressarem nos grandes clubes. Alguns obtinham êxito. A maioria, contudo, depois de muitas tentativas frustradas, renunciava ao sonho de ser jogador profissional da Primeira Divisão, mas não abandonava o futebol. Afinal, o esporte ainda lhes era de muita valia, pois podia interferir positivamente nas condições de trabalho. Sabiam que era possível conseguir um bom emprego, como operário ou mesmo em escritórios, através do clube de futebol de uma fábrica. A partir desse momento, o futebol se transformava para eles em atividade profissional paralela, cujos vencimentos, sob forma de gratificações ou de um segundo salário, complementavam sua renda mensal. Dedicavam a semana à fábrica e o fim de semana ao futebol. Estas características definiam o exercício de um profissionalismo operário, o profissionalismo possível à maioria dos operários-jogadores.

Uma minoria, no entanto, conseguia chegar à Primeira Divisão. Já na época em que o profissionalismo começava a se consolidar no futebol brasileiro - a oficialização ocorreu em 1933 -, alguns operários-jogadores, que vinham se destacando nos clubes de fábrica, passaram a integrar as grandes equipes de São

9 Simoni Lahud Guedes, *Futebol Brasileiro: Instituição Zero*, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado em Antropologia Social, 1977, p. 146.

Paulo e do Rio de Janeiro. Mas, via de regra, o salário como jogador nesses clubes não bastava para o seu sustento. Desse modo, mesmo fazendo do futebol sua atividade profissional por excelência, o jogador costumava manter um emprego complementar paralelo. Havia também os jogadores que percorriam o caminho inverso: profissionais dos grandes clubes, eles se aproveitavam de seu trânsito no meio esportivo para tentar obter um segundo emprego na fábrica. Em outros casos, as indústrias registravam jogadores profissionais como empregados regulares, para atuarem apenas como futebolistas, na tentativa de melhorar o desempenho dos clubes nos campeonatos entre as empresas. Alfred Wahl (10) denomina esse tipo de fraude de “emprego de cobertura”, prática comum também nos clubes de fábrica franceses do período.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento do profissionalismo, operários-jogadores puderam se transformar, exclusivamente, em atletas profissionais, passando a viver apenas dos proventos desta atividade. Os exemplos daqueles que alcançaram fama como profissionais nos grandes clubes do país fortaleciam o sonho da ascensão social através do futebol.

Dentre esses casos, o que mais se destacou foi Garrincha, que começou sua carreira como operário-jogador em 1949, no time do Sport Club Pau Grande. Esse grêmio fora organizado pelos operários da tecelagem Cia. América Fabril de Pau Grande, Rio de Janeiro, onde Garrincha trabalhava desde menino. Graças ao seu excelente desempenho como jogador, ele conseguiu manter o emprego na tecelagem e passar impune pelos constantes conflitos que permeavam as relações entre operários, mestres e contra-mestres, conflitos que muitas vezes terminavam com a demissão dos primeiros. Segundo José Sérgio Leite Lopes (11), a indisciplina e o absentismo de Garrincha na fábrica eram tolerados devido à sua *performance* como operário-jogador, na qual todos acreditavam entrever o início de uma carreira promissora. A previsão acabou se confirmando, mesmo depois de várias tentativas sem sucesso no Vasco, no Fluminense e no São Cristóvão. Garrincha fez carreira como profissional no Botafogo e celebrizou-se por sua atuação na seleção brasileira em 1958

e 1962, conquistando dois campeonatos mundiais de futebol.

Muitos jogadores revelados pelas fábricas projetaram-se para o futebol dos grandes clubes. Poucos, no entanto, alcançaram sucesso financeiro, sorte reservada aos “craques”, jogadores de alto nível técnico. A maioria dos jogadores, embora melhorando seu nível de vida, teria um futuro incerto após o encerramento da carreira. Eram “coadjuvantes”, que integravam o meio futebolístico sem conseguir maior destaque. Entravam e saíam de campo sem deixar saudade, sem ter auferido ganhos reais com o futebol.

Não restam dúvidas de que o futebol permitiu que alguns trabalhadores adquirissem um pequeno comércio ou negócio, mas esta não era a regra. Para a maioria dos jogadores profissionais, os clubes de fábrica representavam importante meio de acesso a um novo emprego. Nesses casos, era fundamental saber explorar as relações estabelecidas com os “cartolas”, a fim de alcançar uma colocação nos escritórios ou na linha de produção de suas empresas e integrar a equipe de futebol da fábrica nas horas de folga, como jogadores ou treinadores.

Em resumo, além de desenvolverem um profissionalismo próprio, singular, os clubes de fábrica mantinham uma estreita relação com o futebol profissional: revelavam atletas para os grandes clubes e os acolhiam de volta quando abandonavam a profissão.

Ao se popularizar, o futebol ganhou novos significados simbólicos, ideológicos, socioeconômicos. Transformou-se em fenômeno social de grande importância, envolvendo uma complexa rede de relações sociais e de interesses, às vezes mais, às vezes menos divergentes. Sua difusão em meio operário levou empresários a incentivarem a organização de clubes no interior das fábricas não apenas como forma de diversão e lazer: essas agremiações, ao participarem de campeonatos oficiais, divulgavam o nome da empresa e de seus produtos. A decorrente valorização do capital esportivo dos operários deu origem a um processo de mobilidade social no próprio local de trabalho, do qual apenas uma pequena parcela de trabalhadores pôde ser beneficiada com ganhos reais. De modo geral, a problemática do futebol nos clubes de fábrica, a discussão dos tópicos apresentados, nos dá conta de um momento específico da experiência operária.

10 Alfred Wahl, *op. cit.*, p. 16.

11 José Sérgio Leite Lopes, “La Disparition de ‘la Joie du Peuple’”, *Notes sur la Mort d’un Joueur de Football*, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 79, septembre/ 1989, pp. 21-36.